

Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP
Nota do Cecon, n.3, maio de 2018

A crise prossegue: baixo crescimento e alta desigualdade no Brasil pós-recessão.

Guilherme Mello, Arthur Welle e Ana Luíza Matos de Oliveira¹

Sumário:

- A economia brasileira cresceu 1% em 2017, registrando quatro trimestres consecutivos de expansão, o que definitivamente marca o fim do período recessivo no país. Apesar disso, o ritmo lento da recuperação do PIB e do emprego faz com que se projete que apenas em 2022 o Brasil retomará o nível de produção de 2014, o que implica o mais longo período de recuperação de nossa história. A recuperação do nível de emprego e renda per capita verificado em 2014 deve ser ainda mais longo.
- Além de lento, o crescimento econômico em 2017 foi concentrado temporal e setorialmente. A maior parte da expansão ocorreu nos primeiros dois trimestres do ano, impulsionado por dois fatores extraordinários: a supersafra agrícola e liberação dos saldos inativos do FGTS. Enquanto a supersafra promoveu um forte crescimento da agricultura e de alguns setores da indústria a ela ligados, a liberação do FGTS garantiu um fôlego adicional ao consumo das famílias, com impactos indiretos sobre a indústria, o setor de serviços e o endividamento das famílias.
- O crescimento lento e concentrado foi perdendo fôlego ao longo do ano, com o PIB registrando taxas de expansão cada vez menores. No último trimestre de 2017, o PIB apresentou uma relativa estagnação em relação ao trimestre anterior. A baixa base de comparação, somada aos fatores extraordinários de crescimento nos dois primeiros trimestres, criaram um cenário positivo para os dados interanuais e/ou acumulados em doze meses, mas que apresentavam um quadro desalentador na comparação contra o trimestre imediatamente anterior.
- Do ponto de vista social, o fim da recessão não se traduziu em reversão do quadro de agravamento das desigualdades, tampouco foi capaz de aplacar o crescimento do desemprego e da precarização. A pobreza seguiu se ampliando, com as desigualdades renda e regionais ampliando seu quadro já bastante deteriorado com a recessão de 2015/2016. No mercado de trabalho, mesmo com a virtual zeragem do saldo de contratados e demitidos com carteira assinada, o desemprego cresceu e se verificou o aumento da precarização e dos vínculos informais.
- O ano de 2018 se iniciou sem grandes alterações em relação ao ritmo de crescimento verificado ao final de 2017. Apesar das expectativas iniciais otimistas de boa parte dos analistas de mercado, que previam um crescimento próximo a 3% no ano, os dados disponíveis de janeiro, fevereiro e março apontam para um ritmo de crescimento mais lento, frustrando particularmente as apostas na expansão do consumo das famílias. Os riscos a esse lento processo de crescimento não são desprezíveis e apontam para a fragilidade e baixa sustentabilidade da recuperação econômica, incapaz de encontrar vetores de dinamismo interno que a sustentem.
- A aposta de que a mudança de governo promoveria a retomada da confiança dos empresários e investidores, levando finalmente a uma recuperação sustentada do investimento e do crescimento econômico, se frustrou completamente. As medidas que levaram ao pequeno crescimento no início de 2017 não estiveram conectadas à estratégia liberalizante apregoada pelo governo Temer, sendo ou exógenas (como a supersafra) ou de incentivo ao consumo (como a liberação do FGTS), buscando reverter parte dos efeitos gerados pelo choque recessivo desde 2015. O mercado de trabalho, até então visto como fonte de inflação e desajustes na economia brasileira, passa agora a ser a esperança da recuperação sustentada da economia brasileira. O legado da estratégia do choque recessivo combinada ao liberalismo que marca a gestão Temer/Meirelles parece ser uma taxa de desemprego estruturalmente elevada e um ritmo de crescimento minguate, incapaz de reverter, ou mesmo administrar, a crise que o país adentrou desde 2015.

O fim da recessão em 2017: pouco crescimento e muita precarização

Em 2017 o PIB em valores correntes totalizou R\$ 6,5 trilhões. Em termos reais isto corresponde a um crescimento de 1,0% em relação a 2016, pouco

recuperando a queda de 6,9% no acumulado do biênio 2015 e 2016. Por sua vez, o PIB *per capita* teve crescimento de 0,2% em 2017, ante queda acumulada de 8,3% dos dois anos anteriores.

Se a taxa de crescimento foi positiva no ano, sua aceleração foi diminuindo ao longo dos

trimestres de 2017. Na comparação entre trimestre contra o trimestre imediatamente anterior, os valores do ano foram de crescimento de 1,3%, 0,6%, 0,2%, e 0,1% respectivamente. Esta desaceleração ganha ares de estagnação nos últimos dois trimestres do ano, jogando dúvidas acerca da sustentabilidade do crescimento em 2018.

Pela ótica da produção, a recuperação de 2017 é atribuída especialmente ao crescimento de 13% no ano do setor agrícola, refletindo a supersafra agrícola do primeiro trimestre de 2017. Os serviços, que detêm a maior participação relativa no PIB, voltaram a crescer (0,3%), porém ainda moderadamente. A indústria, por sua vez, manteve o baixo patamar de 2016, não apresentando crescimento anual.

Dentro do setor industrial, porém, é possível observar comportamentos diversos: o crescimento da indústria extrativa (4,3%) e a contração da construção civil (-5,0%) são exemplos de setores que caminharam em direção e ritmos totalmente opostos. Vale lembrar que a indústria vem de uma queda de 10,9% entre 2013 e 2016. Caso se decomponha a contribuição ao crescimento anual do valor adicionado pelos três setores em 2017 (Figura 1), o setor agrícola contribuiu com 87% deste crescimento e os serviços os outros 13%.

Entre os componentes da demanda no PIB (Figura 2), destaca-se o crescimento de 1% no consumo das famílias. Essa expansão foi concentrada nos dois trimestres intermediários do ano, particularmente devido aos efeitos da liberação dos saques do saldo inativo do FGTS. Outros fatores que contribuíram para o aumento deste indicador foram a queda dos juros, a baixa inflação e o crescimento da massa de rendimentos reais (3,5% entre os últimos trimestres móveis de 2016 e 2017, de acordo com a PNAD Contínua).

Ainda analisando os componentes da demanda interna, observou-se uma queda do Consumo do Governo (-0,6%) e da Formação Bruta de Capital Fixo (-1,8% em 2017, acumulando retração de 27,4% entre 2013 e 2017), muita embora na comparação trimestre contra trimestre anterior com ajustes sazonal, a FBCF tenha apresentado uma pequena recuperação no último trimestre de 2017.

Já no âmbito externo, o avanço de 5,2% nas exportações e de 5,0% nas importações ajudaram no processo de recuperação. Do ponto de vista das exportações, destacaram-se os produtos primários agrícolas, minerais e manufaturas, em especial ligados à indústria automotiva.

Figura 1: Contribuição para a variação do valor adicionado

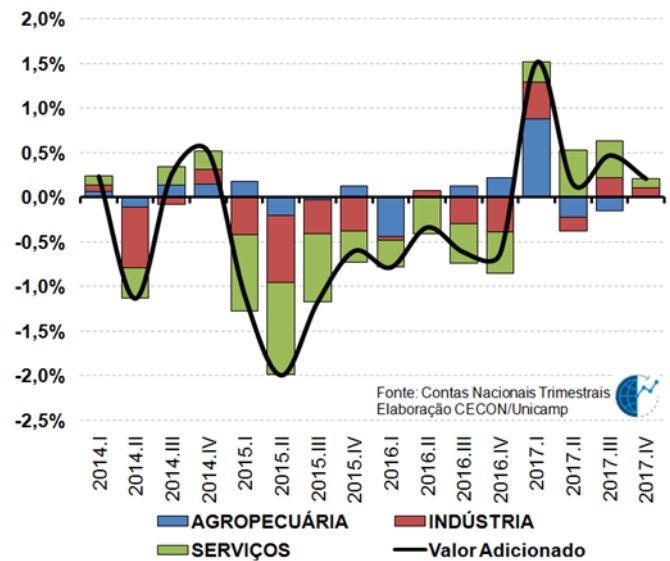
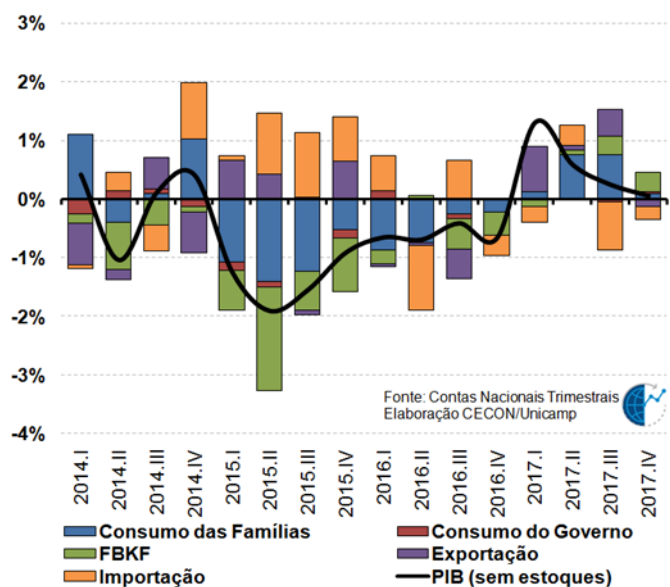


Figura 2: Contribuição para a variação do PIB (sem estoques)

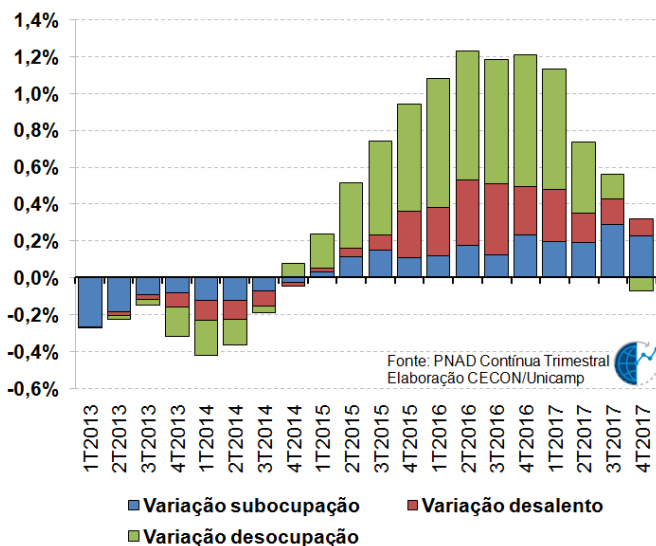


O que se depreende dessa breve análise acerca da composição do crescimento econômico é que, para além de sua lentidão, incapaz de retomar os patamares pré-crise e recuperar parcela significativa das perdas observadas entre 2015 e 2016, o crescimento de 2017 foi demasiadamente concentrado na primeira metade do ano, decorrente de fatores extraordinários como a supersafra e a liberação do FGTS. A sustentabilidade da recuperação parece frágil, já que passados os efeitos desses dois eventos não recorrentes, a taxa de crescimento desabou, trazendo o país a níveis de produção bastante reduzidos.

Mais grave que a lentidão e fragilidade da retomada é sua baixa qualidade. Mesmo com taxas positivas de crescimento do PIB, o ano de 2017 foi marcado pelo aumento do desemprego, da precarização e das desigualdades sociais e regionais. A taxa de desocupação foi a maior da série histórica: a média anual de desocupados cresceu de 6,7 em 2014 para 13,2 milhões em 2017.

É verdade que o número de desocupados tem caído nos últimos trimestres e com ele também a taxa de desocupação, porém o número de pessoas que desistiram de procurar trabalho (desalento) continua aumentando, bem como aqueles ocupados que gostariam de trabalhar mais horas, mas não conseguiram (subutilização por insuficiência de horas trabalhadas), conforme a figura 3.

Figura 3: Contribuição para a variação da taxa de subutilização da força de trabalho (média móvel 4 trimestres)



Ademais, as mudanças na composição dentre os ocupados indicam que as transições dos desocupados para ocupados se concentram na informalidade (figura 4), isto é, assalariados sem carteira assinada, trabalhadores conta-própria e empregadores que não contribuem para a seguridade social. Se no início da crise tanto o número de ocupados formais quanto os informais diminuía (se tornando principalmente desocupados), no ano de 2017 temos a continuidade da queda dos ocupados formais, enquanto os ocupados informais aumentam. Especial atenção tem que ser dada para os assalariados, pois a qualidade de sua composição continua em queda, com o aumento do número dos sem carteira e diminuição do volume dos com carteira assinada (figura 5).

Figura 4: Número de ocupados informais, e contribuição para a variação do número de ocupados informais (média móvel 4 trimestres).

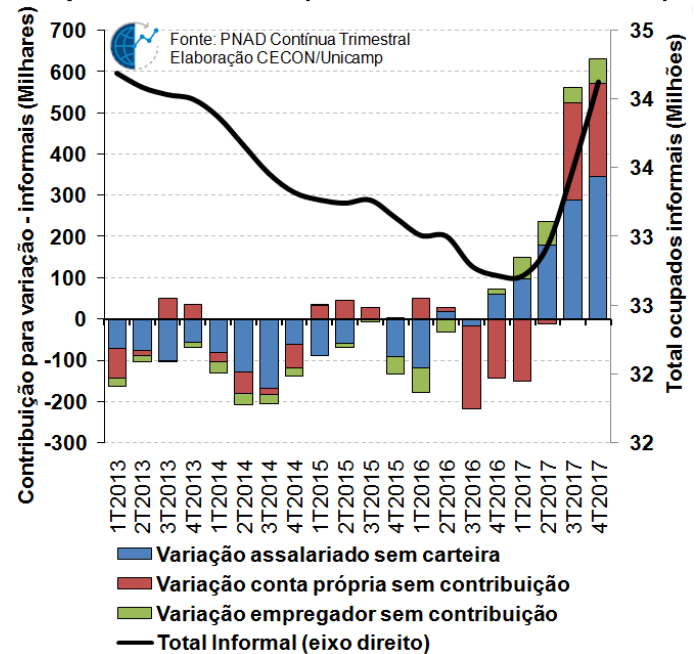
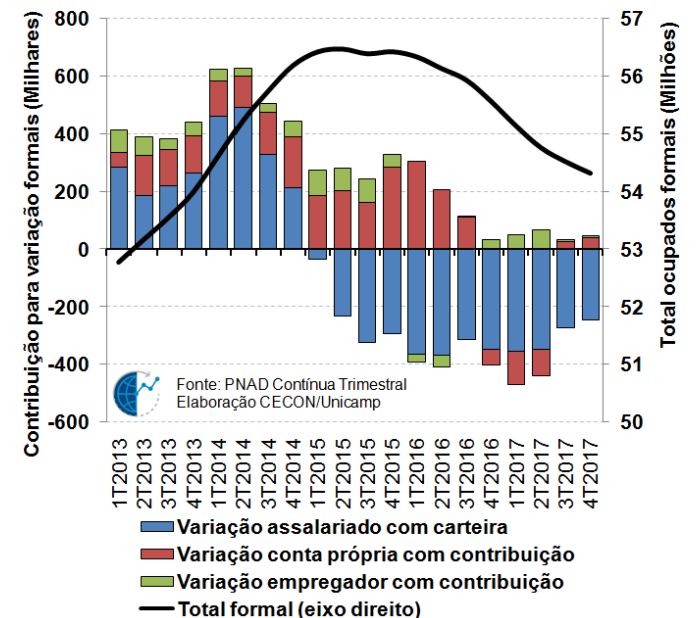


Figura 5: Número de ocupados formais, e contribuição para a variação do número de ocupados formais (média móvel 4 trimestres)



Do ponto de vista da desigualdade, observou-se um aumento da desigualdade na renda familiar obtida de todos os trabalhos, como mostra a figura 6, com um crescimento expressivo no ano de 2017, ano da “recuperação” do crescimento.

Figura 6: Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita habitual de todos os trabalhos

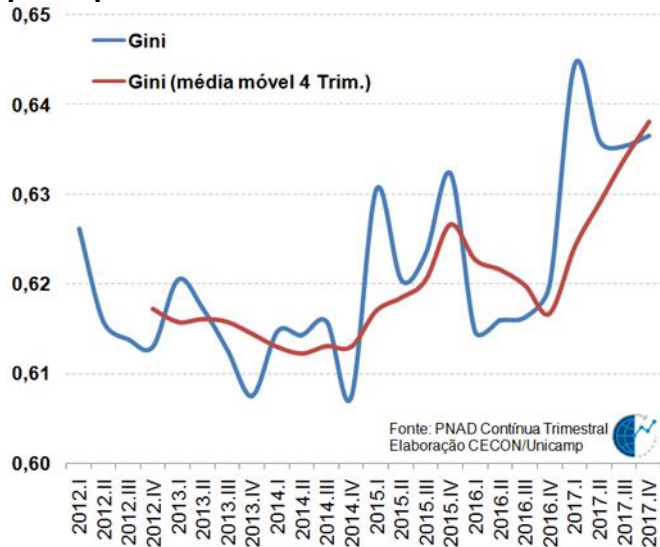
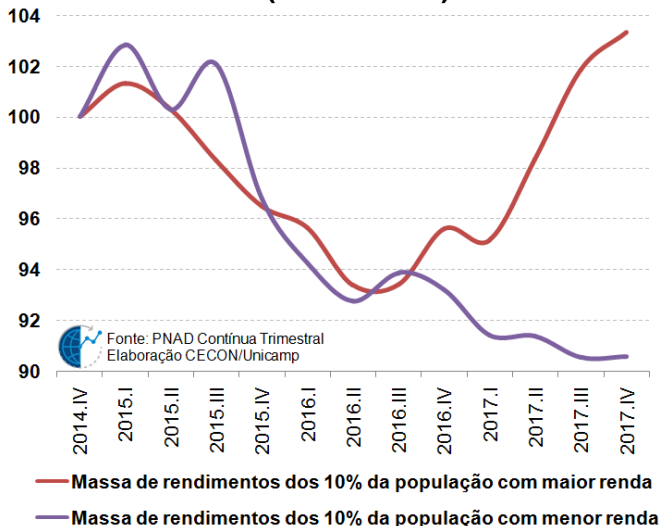


Figura 7: Massa real de rendimentos habituais de todos os trabalhos (4T2014=100)



Outra faceta negativa da recuperação está estampada no aumento da pobreza e da miséria. Entraram na condição de pobreza (pessoas cuja renda familiar per capita é menor que 5,5 dólares por dia) entre 2016 e 2017 444 mil pessoas. A pobreza extrema (pessoas cuja renda familiar per capita é menor que 1,9 dólares por dia) aumentou 11,2%, o que representa quase 1,5 milhões de pessoas a mais nesta condição. Os programas sociais de transferência de renda e o fluxo estável da renda dos aposentados nas famílias mais pobres restringiu parte deste movimento. Porém, no mercado de trabalho, a massa real de rendimentos de todos os trabalhos dos 10% com maior renda reverteu sua trajetória em 2017, enquanto o mesmo não ocorre com os 10% com menor renda (Figura 7).

Em suma, 2017 marcou a saída do país de sua profunda recessão iniciada em 2015, mas está longe de tirar o país do cenário de prostração. O baixo dinamismo do PIB, o volume recorde de desemprego, a crescente precarização, assim como o aumento da pobreza e da desigualdade regional apontam para uma recuperação lenta e de baixa qualidade, sem perspectivas sustentáveis de reversão da crise social e econômica que se instalou no país.

Perspectivas para 2018: início frustrante e cheio de riscos

No alvorecer de 2018, as perspectivas do mercado financeiro e do governo brasileiro apontavam para um crescimento próximo a 3% do PIB no ano. Algumas instituições financeiras esperam que a aceleração do crescimento seja impulsionada pelo aumento da demanda das famílias (SANTANDER, 2018ⁱⁱ), além de por algum impulso externo e dos gastos públicos, uma vez que o teto de gastos apresenta uma pequena folga após os gastos terem ficado abaixo do limite em 2017.

Mais recentemente, o boletim FOCUS vem apresentando uma reavaliação do ritmo de crescimento esperado, reduzindo as previsões para algo mais próximo de 2,5%. Os dados divulgados acerca do ritmo de atividade nos primeiros meses do ano dão sustentação àqueles que acreditam em um ritmo de crescimento mais modesto, uma vez que o consumo das famílias apresenta sinais de estagnação, enquanto a indústria e o investimento devolveram boa parte do crescimento verificado nos meses finais de 2017.

Do ponto de vista do emprego, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) prevê no seu World Employment Social Outlook (2018) uma queda na taxa de desemprego do Brasil, que passaria (segundo sua metodologia) de 12,9% em 2017 para 11,9% em 2018. Por sua vez, o Bradesco prevê queda ainda mais lenta da taxa de desemprego, passando de 12,7% em 2017 para 12,4% em 2018, segundo seu site atualizado em 22/03/2018.

Tais perspectivas “otimistas”, no entanto, podem ser frustradas por certos riscos, fazendo com que mesmo o processo tímido e gradual de retomada cíclica da economia brasileira não esteja garantido. Fatores internos e externos podem afetar a velocidade e a trajetória da retomada.

Do ponto de vista externo, um dos principais riscos que aparecem no horizonte de nossa tímida recuperação é a reversão do ciclo internacional de liquidez, que ainda hoje se apresenta em uma fase de relativa “cheia”. A reversão na política monetária

americana, mesmo que gradual, pode prenunciar um movimento de aumento das taxas de juros nos países centrais, o que pode afetar o interesse de investidores internacionais em mercados mais arriscados como o brasileiro. Ademais, uma eventual crise financeira com origem nos mercados dos países centrais, mesmo que sem as dimensões estruturais que se verificou na crise de 2008/09, tem potencial para ampliar a volatilidade da taxa de juros e de câmbio brasileira, impactando indiretamente o nível de preços e a confiança empresarial.

Uma segunda vertente de risco, ainda no âmbito externo, está no canal do comércio exterior. Mesmo com a recuperação de taxas de crescimento positivo após alguns anos de estagnação, o comércio internacional está ameaçado pela onda protecionista iniciada pelo governo americano, em particular com repercussões sobre a economia chinesa. No momento, o risco dessa “guerra comercial” ganhar proporções globais parece pequeno, mas por envolver produtos tipicamente exportados pelo Brasil é possível que as medidas adotadas por Trump atinjam algumas empresas brasileiras e tirem dinamismo do “motor” do crescimento impulsionado pelo setor externo, o que tende a diminuir o ritmo de nossa retomada.

Por fim, fatores domésticos também devem ser considerados no balanço de risco para o ano de 2018. Além do baixo dinamismo do consumo das famílias, impactado pelo aumento da informalidade e pela queda na confiança do consumidor, e da precária recuperação da indústria e do investimento, influenciados pela alta capacidade ociosa e pela recuperação lenta da demanda, riscos de natureza política podem elevar a incerteza e reduzir ainda mais o ritmo da recuperação. A polarização política, a enorme fragmentação eleitoral e a incerteza institucional do atual processo eleitoral brasileiro levam tanto a conflitos sociais graves, quanto a

incertezas acerca do desenrolar do próprio processo eleitoral. Tais conflitos e incertezas geram grande indefinição, que pode prejudicar processos de tomada de decisão por parte das empresas e, no limite, gerar movimentos especulativos de fuga da moeda nacional, em particular caso o fortalecimento da polarização política redunde na inviabilidade eleitoral de candidatos reformistas liberais, por quem o mercado financeiro guarda maior apreço. A possibilidade de se construir um novo consenso político capaz de sustentar um projeto de desenvolvimento (seja ele qual for) parece cada vez mais distante diante do grau de fragmentação que vem tomando forma no atual processo eleitoral.

Considerações finais

Neste início de 2018, o Brasil não parece capaz de encontrar motores internos que sustentem taxas de crescimento econômico vigorosas, dependendo cada vez mais de fatores extraordinários (como safras recorde e liberação de fundos parafiscais) e de fatores externos (em particular a manutenção do ciclo de liquidez abundante e a revalorização de algumas commodities) para viabilizar taxas baixas de crescimento, incapazes de reverter o cenário dramático do mercado de trabalho, reduzir a pobreza e a desigualdade social. A aposta de que a mudança de governo promoveria a retomada da confiança dos empresários e investidores, levando a uma recuperação sustentada do investimento e do crescimento econômico, se frustrou completamente. O legado da estratégia do choque recessivo e liberalismo que marca a gestão Temer/Meirelles parece ser uma taxa de desemprego estruturalmente elevada e um ritmo de crescimento minguante, incapaz de reverter ou mesmo administrar a crise fiscal e social em que o país se encontra desde 2015.



CECON

CENTRO DE ESTUDOS
DE CONJUNTURA E
POLÍTICA ECONÔMICA

Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica

Instituto de Economia da UNICAMP

Diretor: Pedro Rossi

Diretor Associado: Guilherme Mello

Pesquisadores docentes: André Biancarelli, Bruno De Conti, Francisco Lopreato, Lucas Teixeira, Marco Antonio da Rocha, Paulo Van Noije, Pedro Paulo Zaluth Bastos.

Pesquisadores mestrandos e doutorandos: Ana Luíza Matos de Oliveira, Arthur Welle, Felipe Da Roz, Flavio Arantes, Gabriel Mandarino, Ítalo Pedrosa, Lídia Brochier, Lidia Ruppert, Nicholas Blikstad, Renato Rosa, Ricardo Gonçalves, Rodrigo Vergnhanini, Saulo Abouchedid.

Técnico Administrativo: Eliana Ribeiro.

ⁱ Pesquisadores do CECON, os autores agradecem à equipe do CECON.

ⁱⁱ Ver “De Onde Virá o Maior Crescimento Econômico em 2018?”, análise setorial do Santander, de Rodolfo Margato.